



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
96ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 A nonagésima sexta reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos
2 ocorreu ao décimo primeiro dia do mês de julho de dois mil e dezoito, às
3 quatorze horas e teve lugar no auditório da Secretaria do Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável, Av. Borges de Medeiros, nº 261, 15º andar,
5 Porto Alegre – RS. **Conselheiros Presentes:** **Maria Patrícia Möllmann** –
6 SEMA – Presidência; **Nelson Stuart** – Representante SOP; **Gerson Herter** -
7 Representante SEAPI; **Reinaldo Leite Gambin** – Representante Secretaria
8 dos Transportes; **Margareth Vasata** – Representante Secretaria de
9 Planejamento, Governança e Gestão; **Luis Feijó** – Representante Secretaria
10 da Saúde; **Julce Clara da Silva** – Representante Secretaria da Saúde;
11 **Valquíria Chaves** – Representante Secretaria de Minas e Energia; **Ricardo**
12 **Núncio** – Representante SDR; **Maj. QOEM Maurício Vieira Flores** -
13 Representante SSP/Comando Ambiental; **Sérgio Cardoso** – Comitê Gravataí;
14 **Veronica Della Mea** – Comitê Baixo Jacuí; **Scheila Hollveg** – Comitê Vacacaí-
15 Vacacaí Mirim; **Roberto Carvalho** – Comitê Santa Maria; **Claudir Alves** –
16 Comitê Passo Fundo; **Adilson Steffen** – Comitê Turvo; **Alexandre de Almeida**
17 – Comitê Mampituba; **Leda Famer** – Comitê Litoral Médio; **Renato Zenker** –
18 Comitê Camaquã; **André Luiz Oliveira** – Comitê Mirim São Gonçalo.
19 **Conselheiros Ausentes:** SDECT, Casa Civil, Sistema Nacional de Meio
20 Ambiente e Sistema Nacional de Recursos Hídricos. **Demais Presentes:**
21 **Fernando Meirelles** – DRH/SEMA; **Carmem Silva** – CRH/SEMA; **Gabriel**
22 **Frota** – CRH/SEMA; **Ana Mastrascusa** – FEPAM; **Claudio Oliveira** – ABAS;
23 **Josiane Gomes** – STE; **Ivo Mello** – Comitê Ibicuí; **Eduardo Condorelli** –
24 Comitê Negro; **Eldo Costa** – Comitê Santa Maria; **Lucimar Vieira** – Comitê
25 Tramandaí; **Tiago Pereira** – FIERGS; **Régis Silva** – Secretaria da Saúde;
26 **Adolfo Klein** – Comitê Sinos; **Leonardo Secco** – HIDROPEL/ABAS; **Marcelo**
27 **Rose** – FARSUL; **Caroline Moura** – BLAU Tramandaí; **Ivan Viana** – Comitê
28 Várzea; **Fernando Belloli** – FEDERARROZ; **Valery Pugatch** – Comitê Lago
29 Guaíba; **Valéria Borges Vaz** – Comitê Pardo; **Karolina Turcato** –
30 DIPLA/DRH/SEMA. A Presidente **Maria Patrícia** deu início à reunião saudando
31 a todos e na abertura, **Claudir Alves**, representante do Comitê Passo Fundo e
32 Presidente do Fórum Gaúcho de Comitês coloca que, na parte da manhã, na
33 reunião do Fórum, houve concordância em propor ao CRH que, para as
34 próximas reuniões, as resoluções referentes a processos administrativos dos
35 Comitês como processos eleitorais ou alterações de composição e regimento
36 interno podem ser publicadas Ad Referendum, quando verificado pela
37 Secretaria Executiva do CRH que os processos ocorreram dentro dos
38 respectivos procedimentos legais, visando otimizar o tempo das reuniões. A
39 Presidente **Maria Patrícia** coloca que, nas comunicações, há uma solicitação
40 da ABAS e propõe que o debate solicitado seja inserido como item na pauta.
41 Não havendo discordância, o ofício da ABAS foi inserido como item 5 de pauta.
42 Outro item para ser debatido nas comunicações é o ofício do Comitê Sinos.
43 **Adolfo Klein**, Presidente do Comitê Sinos, faz breve relato sobre a realização
44 de estudos na bacia do Rio dos Sinos, por parte da METROPLAN, colocando
45 que houve uma breve apresentação dos estudos no Comitê, porém, a mesma
46 foi insatisfatória. Portanto, o Comitê elaborou ofício comunicando e
47 denunciando ao CRH e DRH sobre a condução dos processos por parte da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
96ª REUNIÃO ORDINÁRIA

48 METROPLAN. **Fernando Meirelles** faz breve relato sobre a participação do
49 DRH no grupo de acompanhamento para elaboração dos estudos e coloca que
50 realmente falta a apresentação de medidas e ações não estruturais que
51 precisam ser levadas em consideração. A Presidente **Maria Patrícia** então
52 passa para o relato das Câmaras Técnicas. **Leda Famer** faz o relato da
53 reunião da CTL e, para as outras Câmaras Técnicas que se reuniram, ficou
54 acordado que os relatos não serão feitos, pois as deliberações da CTRFH e da
55 CTAS estão incluídas na ordem do dia como itens de pauta (item 3 e 4). A
56 Presidente **Maria Patrícia** entra então na ordem do dia. **Item 1. Apreciação da**
57 **Ata da 95ª Reunião Ordinária do CRH:** Os Conselheiros presentes
58 dispensam a leitura da ata e Gabriel Frota informa que Eldo Costa,
59 representante do Comitê Santa Maria, encaminhou via email contribuições em
60 uma de suas falas que constam na ata, as quais já foram inseridas na mesma.
61 A Presidente coloca então a ata em regime de votação. **Aprovado por maioria**
62 **(01 abstenção).** **Item 2. Resolução Ad Referendum – Alteração da**
63 **Resolução CRH nº 238/2017 – Orçamento FRH 2018:** A Presidente **Maria**
64 **Patrícia** faz breve relato e passa a palavra a **Gerson Herter**, representante da
65 SEAPI. **Gerson** coloca que a alteração proposta é passar recursos para as
66 obras da Barragem de Jaguari, que está com as obras em andamento e há
67 previsão da necessidade de mais recursos. Não havendo mais necessidades
68 de esclarecimentos, a Presidente coloca a alteração da Resolução em regime
69 de votação. **Aprovado por unanimidade.** **Item 3. Programa de**
70 **Regularização de Poços: Proposta de Decreto para estruturação e**
71 **Propostas de Resoluções CRH:** A Presidente **Maria Patrícia** coloca que este
72 item ficou em aberto na última reunião devido a falta de quórum para debate e,
73 portanto, ficou para esta reunião. Cita que, neste meio tempo, o Decreto dos
74 poços passou por duas Câmaras Técnicas, onde foram propostas pequenas
75 alterações. Faz breve relato sobre as alterações propostas e coloca que, a
76 partir da estruturação do programa, há alguns debates a serem realizados. Um
77 dos debates é sobre o estabelecimento de critérios para utilização do FRH para
78 auxílio ao projeto de regularização. Cita que foi elaborada uma minuta com
79 proposta de Resolução e coloca que a proposta é encaminhar esta minuta para
80 a CTRFH. Outro debate é sobre as duas resoluções que estabelecem prazo
81 para o cadastro do SIOUT ser válido como outorga. Coloca que a ideia é
82 estabelecer um prazo mais longo para área rural e urbana, em uma única
83 resolução. A proposta é que este debate seja encaminhado à CTAS. Não
84 havendo dúvidas nem manifestações por parte da plenária, a Presidente **Maria**
85 **Patrícia** coloca que, sobre o Decreto, não cabe ao CRH aprovar ou não. Cita
86 que, não havendo contrariedade, o mesmo será encaminhado à Casa Civil com
87 uma manifestação de apoio do Conselho para o Governador. Portanto, a
88 Presidente coloca em votação os encaminhamentos dos debates para a
89 CTRFH e para a CTAS. **Aprovado por unanimidade.** **Item 4. Minuta de**
90 **Decreto que Regulamenta a Lei nº 8.850, que criou o FRH:** A Presidente
91 **Maria Patrícia** coloca que este Decreto vem sendo debatido junto com a
92 proposta de programa de regularização de poços, tendo em vista a perspectiva
93 da utilização do banco como auxiliar do DRH na parte do programa. Cita que
94 atualmente não há um formato jurídico apropriado para que os usuários tenham



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
96ª REUNIÃO ORDINÁRIA

95 acesso a recursos diretos do FRH, o que é a proposta do programa de
96 regularização dos poços. Faz breve relato sobre o modelo de gestão financeira
97 do Badesul e cita que esta proposta de Decreto foi debatida na CTFRH, onde
98 foi acolhida uma alteração proposta. Coloca ainda que o Decreto também foi
99 amplamente debatido e construído com a CAGE. **Claudir Alves** coloca que, na
100 reunião do Fórum Gaúcho de Comitês, foi colocado que o Decreto do FRH
101 deve ser mais esclarecido, pois os Comitês entendem que há alguns pontos
102 que não ficaram claros. Após breves debates, a Presidente **Maria Patrícia**
103 propõe que o Decreto seja apresentado e esclarecido os pontos necessários
104 em reunião do Fórum, enquanto o mesmo tramita na Casa Civil. Ficou,
105 portanto, acordado que o Decreto será encaminhado à Casa Civil e, enquanto
106 tramita para sua publicação, o mesmo será apresentado em reunião do Fórum
107 Gaúcho de Comitês para esclarecimentos. **Item 5. Inserção – Ofício ABAS –**
108 **Outorga de uso de água para consumo humano através de Poços**
109 **Tubulares em zonas urbanas e rurais:** **Cláudio Oliveira**, representando a
110 ABAS, faz breve apresentação sobre as ações da ABAS e sobre a legislação
111 referente à águas subterrâneas. Após maiores explicações, passa a palavra à
112 **Leonardo Secco**, também representando a ABAS. **Leonardo** faz breve relato
113 sobre a utilização de águas subterrâneas e expõe alguns exemplos de
114 concessão de outorgas no Estado de São Paulo para captação de águas
115 subterrâneas para consumo humano em áreas servidas de rede de
116 abastecimento. Finaliza colocando que a proposta é levar o debate novamente
117 para a CTAS. Após debates e esclarecimentos, a Presidente **Maria Patrícia**
118 coloca que o debate no CRH é sobre reabrir ou não esta matéria na CTASP.
119 Portanto, a Presidente coloca em regime de votação a proposta de encaminhar
120 a matéria para novo debate na CTAS. **Aprovado por maioria. Item 6.**
121 **Solicitação do Ministério Público do Termo de Referência sobre o estudo**
122 **comparativo de alternativa de vazões na Bacia Hidrográfica do Rio dos**
123 **Sinos:** A Presidente **Maria Patrícia** coloca que há um acompanhamento por
124 parte do Ministério Público sobre a implantação de ações do plano de bacia do
125 Rio dos Sinos e coloca que um dos itens é este estudo de alternativa de
126 vazões. Cita que há uma proposta alternativa de Termo de Referência,
127 elaborada pelo DRH, e coloca que a proposta é que o CRH faça a mediação do
128 debate. **Fernando Meirelles** coloca que o Comitê Sinos demandou que o DRH
129 fizesse a análise da contratação com base em um termo de referência. Cita
130 que o DRH, analisando tecnicamente o TR proposto, entendeu que o mesmo
131 era inadequado. Portanto, o DRH elaborou uma proposta e apresentou ao
132 ministério público e ao Comitê. Após isso, chegou solicitação do MP para que
133 este TR proposto seja encaminhado para análise na CTAS. Não havendo
134 demanda de esclarecimentos, a Presidente coloca em regime de votação a
135 proposta de encaminhamento da matéria para a CTAS. **Aprovado por maioria**
136 **(01 abstenção). Item 7. Carta nº 001/2018 Câmara Regional de Olericultura**
137 **do Vale do Caí solicitando a revisão do enquadramento da Bacia**
138 **Hidrográfica do Rio Caí:** **Fernando Meirelles** faz breve relato colocando que
139 o enquadramento da Bacia do Rio Caí foi feito por zonas, e não por trechos de
140 corpos hídricos. Cita que a zona de olericultura e produção de morangos foi
141 enquadrada como classe 2 sendo que, de acordo com a resolução CONAMA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
96ª REUNIÃO ORDINÁRIA

142 357, estas atividades necessitam de água classe 1. Portanto, o DRH, hoje e
143 para o futuro, está impedido de fazer concessão de outorga para estas
144 atividades nesta região, até que o enquadramento seja revisto. Cita que o
145 enquadramento pode ser revisto separando o território do corpo hídrico,
146 proporcionando assim a possibilidade de irrigação a partir de açudes. Após
147 breves esclarecimentos, a Presidente **Maria Patrícia** coloca que a proposta é
148 encaminhar a matéria para a CTASP e CTAS, sendo um assunto debatido nas
149 duas CT's. Não havendo mais necessidade de esclarecimentos, a Presidente
150 coloca a proposta de encaminhamento em regime de votação. **Aprovado por**
151 **unanimidade. Item 8. Diretrizes para estabelecimento dos critérios de**
152 **cobrança do uso da água nas elaborações e revisões de planos de bacia:**
153 A Presidente **Maria Patrícia** faz breve relato e coloca que esta é uma
154 atribuição dos Comitês, porém, cita que a condução do debate deve ser feita
155 de maneira uniforme e a proposta é, portanto, formar um GT para
156 estabelecimento de algumas diretrizes para a condução dos debates nas
157 plenárias dos Comitês. **Fernando Meirelles** faz breve relato e coloca que a
158 proposta é estabelecer os preços mínimos referenciais que o Rio Grande do
159 Sul vai adotar e a lógica da cobrança que será adotada, para serem
160 incorporadas aos Planos de Bacia de maneira uniforme, mas sempre
161 considerando as especificidades de cada bacia. **Maria Patrícia** ainda cita que
162 há um inquérito civil aberto sobre a cobrança, especificamente na bacia do Rio
163 Gravataí. Coloca que a posição do Ministério Público é que essas decisões dos
164 Comitês devem ser executadas pela Secretaria. Portanto, a ideia é estabelecer
165 uma uniformidade para esta matéria. Reforça que a ideia é criar um GT para o
166 debate, convidando as Federações para o debate, assim como a FEPAM.
167 **Claudir Alves** propõe que o debate possa ser feito na Câmara Técnica do
168 Plano Estadual de Recursos Hídricos. Após breves esclarecimentos, ficou
169 acordado debater a matéria na CTPERH, convidando as Federações e a
170 FEPAM para o debate. Não havendo mais esclarecimentos a serem feitos, a
171 Presidente coloca a proposta de encaminhamento em regime de votação.
172 **Aprovado por maioria (01 abstenção). Item 9. Homologação dos**
173 **Processos Eleitorais dos Comitês Ijuí, Lago Guaíba e Taquari-Antas:**
174 **Carmem Silva** faz breve relato sobre os processos eleitorais, colocando que
175 todos ocorreram dentro do regramento vigente. Não havendo esclarecimentos
176 a serem feitos, a Presidente coloca em regime de votação a homologação dos
177 processos eleitorais. **Aprovado por unanimidade. Item 10. Alteração da**
178 **composição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo:**
179 **Carmem Silva** faz breve relato e apresenta as alterações propostas pelo
180 Comitê, colocando que foram inseridas novas categorias. A Presidente coloca
181 a proposta de alteração em regime de votação. **Aprovado por unanimidade.**
182 **Item 11. Prorrogação do Mandato da diretoria e entidades do Comitê da**
183 **Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo:** **Carmem Silva** coloca que o atual
184 mandato da diretoria e plenária termina no dia 25 de agosto. Cita que
185 considerando a necessidade da alteração das categorias do Comitê e
186 considerando o tempo necessário para publicação da alteração do Decreto, o
187 Comitê pede a prorrogação do mandato por mais 120 dias. Após breves
188 esclarecimentos, ficou acordado prorrogar o mandato até 30 de novembro. Não



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
96ª REUNIÃO ORDINÁRIA

189 havendo solicitação de esclarecimentos, a Presidente coloca a proposta em
190 regime de votação. **Aprovado por unanimidade. 12. Assuntos Gerais: I.**
191 **Fernando Meirelles** faz breve relato sobre o novo modelo de parcerias que
192 está sendo elaborado e cita que, no caso do Comitê Tramandaí, há um
193 problema de entendimento sobre esta situação. Coloca que, após entrar em
194 vigor o novo marco regulatório das organizações da sociedade civil, a CAGE
195 publicou a IN CAGE nº 05/2016, que regulamenta a celebração de parcerias no
196 Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, o Rio Grande do Sul passou a aplicar o
197 novo marco regulatório a partir de dezembro de 2016. Cita que, na época, um
198 total de 14 convênios foram firmados ainda no modelo da IN CAGE 01/2006. O
199 convênio do Comitê Tramandaí venceu em Dezembro de 2015, o que
200 impossibilitou a adesão deste aos convênios no modelo da IN 01/2006. Coloca
201 que o Comitê tinha ainda até Fevereiro de 2016 para entregar a prestação de
202 contas, porém, isso acabou não acontecendo dentro do prazo. Cita ainda que,
203 como o Tramandaí acabou aderindo ao novo modelo de parcerias, sendo um
204 projeto piloto, foi solicitado a CAGE que alguns procedimentos do fluxo que
205 constam na IN CAGE 05 fossem dispensados, como a manifestação de
206 interesse social, colocando o COREDE como entidade parceira. Após, seria
207 necessário o chamamento público, fluxo que também foi solicitado a dispensa,
208 concedida pela CAGE. Quanto a estruturação da parceria, que é o próximo
209 fluxo após o chamamento público, cita que isto está sendo feito, desde que a
210 documentação necessária foi enviada pelo Comitê, o que aconteceu no final de
211 Janeiro de 2018. Cita que, portanto, a partir desta data é que é considerado
212 que há o atraso no fluxo. Coloca ainda que esta documentação sofreu
213 solicitação de alteração e complementação até o atual momento, o que foi
214 atendido recentemente com o envio da última complementação há cerca de
215 uma semana. Portanto, a demora para a resolução desta situação, deve ser
216 considerada a partir de janeiro de 2018, pois, antes disso, a documentação
217 necessária ainda não havia sido encaminhada por parte do Comitê. Finaliza
218 colocando que, havendo toda a complementação da documentação solicitada e
219 havendo a autorização final por parte da CAGE, a parceria será firmada.
220 **Assuntos Gerais II. Fernando Meirelles** coloca que em uma reunião em
221 Brasília foi apresentado uma proposta pelo Estado de Santa Catarina para o
222 Pagamento de Serviços Ambientais. Cita que a proposta é de a negociação
223 com a agência reguladora da possibilidade de colocar uma taxa sobre contas
224 de serviços delegados quando o Comitê aprova projetos de serviços
225 ambientais que vá beneficiar a concessionária de água. Seria inserida na conta
226 da água uma identificação clara da taxa que seria definida pela agência
227 reguladora apoiando um projeto de produção de água e de melhoria da
228 qualidade. No caso do não cumprimento do Serviço Ambiental a agência
229 obrigaria a concessionaria a devolver o valor do consumidor pago no ano
230 anterior. Cita que para a Bacia do Rio Camboriú a proposta já foi aprovada.
231 Como encaminhamento, ficou acordado trazer convidado ao CRH para
232 apresentação do caso de Santa Catarina. Com nada mais havendo a tratar, a
233 Presidente deu a reunião por encerrada.